

## Constituição da identidade de mulher/professora/diretora a partir das concepções de gênero e sexualidade

### RESUMO

Gabriela da Silva  
E-mail: [geduca@hotmail.com](mailto:geduca@hotmail.com)  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil

João Vinicius Bobek  
E-mail: [jotavini@gmail.com](mailto:jotavini@gmail.com)  
Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Apresentamos elementos da pesquisa de mestrado, (2015) no PPPGE/Unisul, na linha de pesquisa Relações Culturais e História da Educação. Trata-se de um recorte da investigação em que se busca compreender, a partir das falas das diretoras entrevistadas: “qual a concepção delas sobre gênero e sexualidade”. Para assim, buscar reconstruir suas histórias de vidas, experiências e subjetividades na constituição de suas identidades. Utilizamos como instrumento metodológico, as narrativas orais e transcritas das diretoras, a partir dos enfoques teóricos de gênero e sexualidade. Compreendemos que pensar a construção dessas identidades não se trata apenas de pensar uma questão de concepção teórica, mas também como ato político e formativo. Por isto, as temáticas em torno de gênero e da sexualidade não envolvem apenas pensar o processo ensino e aprendizagem, mas conformam valores, normas, e posicionamentos que também são políticos diante da multiplicidade de viver e de ser. Ouvir as diretoras/mulheres/professoras na construção de suas histórias de vida na docência, no contexto do cotidiano da escola e da educação formal nos trouxe elementos para reafirmar o quanto as suas concepções de gênero e sexualidade é constituidora de suas identidades na docência, e de como elas organizam as suas práticas pedagógicas para dar resposta a uma situação considerada um problema a ser resolvido.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero; Sexualidade; Educação formal.

## INTRODUÇÃO À TEMÁTICA

Tanto o processo de formação como de transformação na produção de nossa identidade e diferença, como origem familiar, trajetória escolar, trajetória profissional, formação e carreira, atividades de práticas docentes, atualização profissional, entre outros tantos marcadores como gênero, raça e classe social são processos constitutivos das subjetividades dos sujeitos.

Por isto, consideramos reconhecer que a entrada da mulher no magistério não somente transformou a atividade da docência a partir da divisão sexual do trabalho, mas também possibilitou transformar as relações entre homens e mulheres em um sistema de sexo/gênero. No qual, o reforço aos processos educativos normalizadores a esse binarismo demarcou os lugares que os corpos e mentes dos sujeitos deveriam ocupar nesta esfera institucional de poder, que se afirmou a partir de um dado momento histórico entre a divisão do trabalho intelectual e prático.

Desse modo, pretendemos aqui pensar gênero como uma categoria analítica e política, como analisada e concebida pela pensadora Joan Scott (1995). Propondo, com isto, um afastamento de conceitos que repousam sobre a ideia reduzida de papéis/funções de mulher e homem, para aproximar-nos de uma abordagem social e política muito mais plural e contemporânea. Conforme Meyer (2012, p. 18) uma categoria que:

[...] considera que as instituições sociais, os símbolos, as normas, os conhecimentos, as leis, as doutrinas e as políticas de uma sociedade são constituídas e atravessadas por representações e pressupostos de feminino e de masculino ao tempo em que estão centralmente implicadas com sua produção, manutenção ou ressignificação.

Considerando, então, este desdobramento não pretendemos contextualizar a história da educação brasileira, mas sem dúvida, torna-se uma abordagem estreitamente mediada pelas histórias das mulheres, muito vinculada a entrada delas na educação. Mas também, não queremos correr o risco de “naturalizar” o modo de pensar das mulheres como um atributo da “essência feminina” sobre o que elas têm a falar sobre a educação, como constituidora desta identidade na/pela docência, como afirma Louro (1990, p. 23), “sem cair num dos estereótipos sexistas que atribui às mulheres um ‘dom natural’ para falar, é importante marcar que a história da família, do cotidiano, do privado – os lugares do feminino por excelência”.

Este lugar, por excelência, é fruto de um determinado momento histórico/social e que se institucionalizou por esta determinada forma de existência e vivência na educação nos últimos tempos, tendo em vista a presença das mulheres serem muito mais visíveis e expressivas neste ambiente, seja como professora ou nos cargos de direção escolar. Por isto, queremos acentuar a mediação entre gênero, sexualidade e direção escolar no processo de formação identitárias destes sujeitos entrevistados.

Como afirma Silva (2014, p. 73): “na perspectiva da diversidade, a diferença e a identidade tendem a ser naturalizadas, cristalizadas, essencializadas. [...] Pedagogicamente recomendada é de respeito e tolerância para com a diversidade e a diferença”. Assim sendo, para nós as temáticas em torno de gênero e da

sexualidade não envolvem apenas pensar o processo ensino e aprendizagem, mas considerar que os mesmos conformam valores, normas, e posicionamentos que também são políticos, diante da multiplicidade de vivências e experiências, e de ser e estar no mundo de um sujeito de sexo/gênero/sexualidade.

Ouvir as diretoras/mulheres/professoras na construção de suas histórias de vida na docência, no contexto do cotidiano da escola e da educação formal nos trouxe elementos para reconhecer o quanto as suas concepções de sexo, gênero e sexualidade são constituidoras também de suas identidades como docentes e mulheres, e de como elas reorganizam as suas práticas pedagógicas para dar conta de uma nova realidade escolar.

## CONTEXTUALIZANDO A TEMÁTICA

O artigo foi produzido a partir de um recorte da pesquisa de mestrado defendida em 2015 na Universidade do Sul de Santa Catarina pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UNISUL), na linha de pesquisa Relações Culturais e História da Educação, com o título Gênero e sexualidade no ambiente escolar: concepções das diretoras sobre preconceitos e discriminações para com estudantes LGBTT. A pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e desenvolvida sob a orientação e coordenação da Professora Doutora Tânia Mara Cruz inserida na parceria desenvolvida no projeto Antropologia, Gênero e Educação em Santa Catarina (PRONEM/FAPESC/UFSC). Este projeto, em articulação com a Fundação de Educação de Tubarão, propiciou entre 2013 e 2015, atividades de formação para professores da Rede de Ensino Municipal, com rodas de conversas entre pesquisadores e estudantes do PPGE, seminários de pesquisa, dentre outras atividades. Durante esse processo de reflexão, a temática estudada obteve visibilidade no município de Tubarão e na UNISUL, tornando-se um dispositivo de pesquisa e formação continuada.

Isso formulado, propomo-nos analisar as concepções de gênero e sexualidade que as diretoras sujeitos da pesquisa detêm, buscando assim reconstruir suas histórias de vidas, experiências e subjetividades na constituição de suas identidades. Utilizamos como instrumento metodológico, as narrativas orais e transcritas das diretoras, a partir dos enfoques teóricos de gênero e sexualidade. Compreendemos que pensar a construção dessas identidades não se trata apenas de pensar uma questão de concepção teórica, mas também como ato político-pedagógico e formativo.

Em nossa concepção, a escola, como instituição social de disputa pela hegemonia das normativas de sexo, gênero e sexualidade, ao mesmo tempo em que busca atender aos interesses da classe dominante, baseadas em desigualdades e hierarquias, ao longo de sua formação social e histórica vem conformando e privilegiando a cisheterossexualidade como prática “natural” e “legítima” de uma única forma de ser e existir dos seres humanos,

Entretanto, para fazer frente a estes discursos, os movimentos sociais feministas e LGBTT vem denunciando o processo, de discriminação e preconceitos que os sujeitos que transgridem e subvertem as normas de sexo/gênero sofrem no ambiente escolar. Será, então, a partir deste referencial que iremos analisar os

atravessamentos presentes nos argumentos das diretoras sobre as temáticas do estudo e pesquisa.

### **METODOLOGIA E CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS PESQUISADOS**

A seleção inicial para participar das entrevistas se constitui pelas diretoras das oito escolas da rede municipal de ensino e que atendiam as séries finais do Ensino Fundamental<sup>1</sup>, por consideramos que é neste período que as expressões de gênero e sexualidade não normativas são reconhecidas pela produção e o reconhecimento das diferenças do que é ser menino ou menina cisheteronormativos.

Ao final contamos com seis diretoras porque, na ocasião da pesquisa de campo (2014), uma das diretoras passava por problemas de ordem pessoal, por este fator se encontrava ausente da unidade escolar, e sem previsão de retorno, e outra diretora havia se aposentado ficando ambas das vagas para serem ocupadas, mas ainda sem previsão.

Nas entrevistas utilizamos a metodologia de caráter semiestruturadas, gravadas e transcritas posteriormente, com perguntas pré-definidas e acrescidas de novas questões no decorrer de sua realização, duraram em média cerca de 1h30min. Ante de dar início às entrevistas, as diretoras foram informadas sobre os objetivos da pesquisa e a necessidade das assinaturas dos termos de livre consentimento.

Em relação ao perfil das diretoras, observou-se que não há nestas unidades escolares diretoras que se afirmam como negras ou com outras especificações não brancas. Quando perguntadas sobre seu sexo biológico, cinco delas se identifica como mulher e gênero feminino, uma delas não preencheu esses dados. Com exceção de uma diretora que se reconhece com adepta ao espiritismo, as demais prevaleceram à religião cristã católica. O casamento formal predomina entre as entrevistadas para cinco delas, sendo que uma em coabitação, relações exclusivas heterossexuais.

A formação na Graduação se divide entre os cursos de pedagogia, matemática e artes visuais, sendo que cinco realizaram os estudos de forma presencial e uma à distância. É importante ressaltar que devido ao tempo de serviço e a idade prevista para as mulheres no magistério, muitas estavam em final de carreira, com exceção de uma que além do pouco tempo atuando no magistério e apresentava menos tempo de atuação como diretora escolar por ser a mais jovem. Grande maioria está na faixa etária maior que 35 anos, um dado que identifica o pertencimento a uma mesma geração.

### **INTERSECCIONALIZANDO AS CONCEPÇÕES DAS DIRETORAS A PARTIR DAS TEMÁTICAS**

Vale ressaltarmos que o processo de análise e interpretação das entrevistas exige reconhecermos que essas são elementos constitutivos da subjetividade dos sujeitos, tanto das entrevistadas como da pesquisadora. Um processo que envolve compreender certa realidade educacional objetiva, neste caso, como as concepções das diretoras possibilitam mediar suas práticas pedagógicas. Como

afirma João Amado (2014, p. 12): “numa tentativa de entender os significados que eles dão às suas próprias ações, o sentido que dão as suas vidas ou aos aspectos circunscritos dela, as interpretações que fazem das situações em que estão ou estiveram envolvidos, etc.”.

Ao utilizarmos a mediação como categoria de análise e interpretação da realidade escolar pressupõe compreendermos a relação entre os vários sujeitos que participam do processo educativo: família, professores/as e estudantes. Possibilitando, assim, ressignificar esta mediação como atividade-meio, ou seja, focalizando o papel do diretor e suas relações com os envolvidos no processo escolar.

No desenvolvimento das análises e interpretações das transcrições, procurou-se identificar as práticas pedagógicas que propiciaram constituir a identidade das diretoras mediante suas concepções com as temáticas de gênero e sexualidade. Por este fator foi importante construirmos três seções para abordar as temáticas dentro das cenas emergidas do cotidiano escolar e as práticas pedagógicas acionadas pelas diretoras para solucionar conflitos e contradições.

### **MEDIAÇÃO ESCOLA/FAMÍLIA NA CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Esta seção analisa e interpreta as práticas pedagógicas mediadora das diretoras entre escola e família, e delas frente a questões de gênero e sexualidade, temáticas norteadoras de suas concepções. E de como elas orientam estas temáticas com as famílias dos estudantes meninos que supostamente expressam comportamentos e atitudes considerados efeminados e meninas que expressam comportamentos e atitudes consideradas masculinizadas. Estes comportamentos e atitudes vistas, neste contexto, como padrões desviantes das normas inteligíveis de sexo/gênero. Inteligíveis são os sujeitos que mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Tudo o que escapa a lógica desta matriz cultural, no qual se reivindica outros tipos de identidade sexual e de gênero.

A diretora Joana<sup>2</sup>, quando, questionada se algum/a estudante expressava comportamentos e atitudes consideradas fora dos padrões “ditos” da normalidade de meninos e de meninas heterossexuais, e de como esta questão é problematizada junto ao contexto familiar, a diretora afirma:

*“Eu toquei no assunto com ela, e disse que percebe, mas não queria perceber. Ela comentou que ele tem um jeito assim de jogar os cabelos e tudo. Mas eu não queria assim. Eu conversei com ele. Meu filho tu te abres. Mas ele não se abre muito. Eu disse, quem sabe é porque ele não se sente à vontade para colocar isto pra ti. Isto fica muito superficial e a mãe também admitiu a questão religiosa e avó é muito presente nisto”. (Joana)*

Tanto o sofrimento da mãe em reconhecer a diversidade sexual e de gênero como também da escola é reflexo de uma educação que reconhece uma única possibilidade de existência e de afirmação, a heterossexualidade. Por este fator, um/a aluno/a homossexual não se sente encorajado a se afirmar com esta identidade, por ser sinônimo de pecado e perversão, num discurso pautado por

questões morais religiosas e ideológicas. Como afirma Lionço e Diniz (2009, p. 11-12):

[...] muitos adolescentes que começam a reconhecer o desejo por pessoas do mesmo sexo se sentem constrangidas pela desvalorização corriqueira da homossexualidade e tendem a omitir sua condição, não encontrando na escola ou na(o) professor(a) uma referência para compartilhar suas dúvidas sobre sexualidade. Esse segredo em relação à própria vivência da sexualidade tem consequências para a saúde: não se pode saber ou ter informações sobre aquilo que não pode ser dito.

Neste outro caso, a diretora Maria narra uma experiência como professora quando de sua atuação em sala de aula com crianças no pré-escolar. Observando que tinha 23 anos de idade, neste período, e que ficou muito preocupada com os comportamentos e com as brincadeiras de um menino, em especial, por apresentar gestos efeminados. Quando, então, levou ao conhecimento da diretora da escola para que alguma providência fosse tomada com a finalidade, quem saiba, de ajudar a corrigir este suposto “defeito”.

*“Na ocasião tinha uma criança que eu disse para diretora: Esta criança não me engana! A diretora me questionou: - Não te engana o que? Ela tem um lado feminino. Este menino vai ser futuramente. Ele estava na pré-escola e tinha cinco aninhos. Os próprios alunos também percebiam. Eu chamei, conversei com a diretora e chamamos a mãe. A mãe na época me criticou muito. Que eu era uma criança para definir o que o filho dela iria ser futuramente. Junto com a diretora eu falei: - Mas nenhum momento eu falei que ele era homossexual. Eu disse que eu estava preocupada porque ele brincava muito com as meninas e puxava muito para brinquedos femininos e não para brinquedos masculinos. Sugeri que ela observasse em casa, sei lá. A mãe não aceitou o que eu sugeria o que falei. Hoje o menino é gay”.*  
(Maria)

Diante do exposto, não é de se estranhar a atitude da professora frente ao desconforto de reconhecer os padrões sociais impostos para meninos e meninas na escola. E da forma como a escola reproduz estas práticas de controles dos comportamentos, vistos como “não naturais” ou “defeituosos”. A gramática moral “enganar”, aparece como um dispositivo utilizado a fim de reafirmar que para as expressões de gênero desviantes não correspondem à norma. Como se o desvio da norma fosse uma mentira, um falseamento e não susceptível de existência na escola. A sexualidade divergente da norma, como afirma Louro (2015, p. 13), estabelece: “como protagonizando uma fraude; como se o sujeito tivesse induzido os demais a um erro, a um engano”. Constituindo-se formas silenciosas e invisíveis de modelos de comportamentos aceitos na escola, produzidos por padrões culturais e morais autoritários a jovens e crianças.

Como afirmam as organizadoras do livro *Corpo, gênero e sexualidade* (2012, p. 07): “todos os processos educativos sempre estiveram – e estão- preocupados em vigiar, controlar, modelar, corrigir, construir os corpos de meninos e meninas, jovens, homens e mulheres”. Por este fator, o argumento da professora/diretora

propõe uma atenção mais de disciplinamento e de correção do suposto desvio dos comportamentos vistos como “antinaturais” do menino.

A estratégia pedagógica da diretora se constitui em pedir apoio da família para que juntos corrijam esta falha, conclamando para uma forma mais sedutora e eficiente, com a finalidade de “produzir” os sujeitos de sexo/gênero inteligíveis. Assim constituindo uma identidade que seja reconhecida e afirmada como sendo um homem ou uma mulher de verdade. Para que num futuro não venha a correr o risco de se tornar um gay, como afirmado pela diretora na expressão “Hoje o menino é um gay”. Implicitamente, a diretora considera que se tanto a escola como a família intervissem nestes comportamentos efeminados do menino, o mesmo não teria se tornado um gay. A mãe, entretanto, questiona a suposta verdade da professora, mas a diretora está convicta de que os gestos e comportamentos são estranhos para um menino.

Analisando estes dois posicionamentos, verificamos que os mesmos dialogam com perspectiva reconhecida por Meyer (2012, p. 11, grifos da autora): “de que nada é ‘natural’, nada está dado de antemão, toda verdade – mesmo aquela rotulada de científica – é parcial e provisória e resulta de disputas travadas em diversos âmbitos do social e da cultura e poder, por isso ser questionada”. Assim sendo, os argumentos acima nos mostram que a educação tem forte influência na constituição das identidades dos sujeitos, tanto dos/as professores/as como dos/as estudantes, uma forma de normalização e controle do sexo/gênero/sexualidade para que estes produzam uma identidade inteligível.

Em outro caso, ao narrar à história de uma aluna, a diretora Maria, afirma reconhecer que tinha uma família homoafetiva, neste acaso, a presença de duas mães. E de que todos na escola sabiam desta relação afetiva. A diretora relatou que se deparou com uma situação diferente, explicando em suas palavras como pedagogicamente mediu esta situação.

*“A gente se deparou com isto, de que a gente mandava bilhetinho e nele estava “mamãe e papai” e que seria comum, dito normal. Um dia a mãe veio aqui e nos questionou: - Por que mãe e pai? Diretora: - Porque é o que a gente sempre faz. A gente cresceu com isto mãe e pai. Aí ela disse: - Pois é, mas na minha casa é eu e mina esposa. A mãe disse. Olhamos um para o outro e dizemos: E daí! Fica difícil. Então ela sugeriu: - Porque vocês não colocam no bilhete responsável. Eu disse que era uma boa. Porque tem criança que não vive com a mãe ou com mãe ou com o pai. Vive com o avô e avó nunca são convidados. Isto tem a ver com as novas configurações de família”. (Maria)*

Neste momento houve a necessidade da intervenção, formulando uma pergunta sobre o fato relatado. Questionada sobre a reação dos/as professores/as ao saber que a aluna tinha duas mães como provedoras da educação familiar. A diretora afirma que:

*“Eles não estavam tranquilos. A princípio eles acharam isto muito estranho, porque realmente é estranho. Até o fato de que, porque quando eles dizem o fulano está incomodando aí eles dizem: - Então pedem para o pai fazer alguma coisa! A mãe e o pai. Na hora da mãe e do pai não tinha a figura paterna, a princípio foi complicado, mas*

*depois eles foram aprendendo a lidar com a situação e ficou tranquilo. Mas o primeiro contato com esta família foi difícil". (Maria)*

Podemos verificar no argumento da diretora sua reação de estranhamento, pois suas experiências e vivências até o momento se constituía por um único modelo de família nuclear, a heteronormativa. Esta situação que precisou ser reconhecida na escola, porém com grande dificuldade visto como algo complicado de ser discutido no ambiente escolar.

### **MEDIAÇÕES DIRETORA/PROFESSORES/AS NA CONSTITUIÇÃO DA PRÁTICA PEDAGÓGICA**

Esta seção analisa e interpreta as concepções que as diretoras possuem sobre as temáticas pesquisadas e de como elas constroem suas experiências e vivências na mediação com os/as profissionais de educação, as trocas simbólicas e as aprendizagens que constituem o processo educativo, porque, de alguma forma, nossas práticas se orientam por saberes. Como afirma Miguel G. Arroyo (2000, p. 19): "o trabalho e a relação educativa que se dá na sala de aula e no convívio entre educadores(as)/educandos(as) traz ainda as marcas da especificidade da ação educativa". É deste encontro destas práticas que partilhamos nossos olhares e saberes.

Um dos questionamentos fundantes da pesquisa era compreender como as diretoras concebem a existência dos conceitos de gênero, sexo e sexualidade. Por isto a pergunta norteadora permite pensar sobre a possibilidade e os limites de uma prática mais plural. Você reconhece a existência de uma relação fixa, imutável e determinista entre gênero/sexo/sexualidade? Nas palavras da diretora Joana aparece o argumento de que:

*"Entre gênero e sexo? Sexo masculino e feminino, gênero masculino e feminino? Ai! Eu achava que sim, mas agora fiquei confusa. "Até então sim, gênero masculino e sexo masculino". (Joana)*

Ao se apropriar destes termos para além do binarismo sexo/gênero, a diretora entra em confusão conceitual. Contextualiza, então, sua experiência e vivência em uma participação na Conferência Nacional de Educação assim demonstrando uma preocupação perante o desconhecido, ou naquilo que aprendeu como sendo uma verdade, com isto desestabiliza sua forma fixa e determinista de compreender o binarismo sexo/gênero. Mesmo confusa, a diretora abre espaço para uma nova aprendizagem e reconhece a possibilidade de pensar para além do binarismo sexo/gênero. Quando questionada sobre em que momento ela ouviu falar sobre diversidade sexual e de gênero a diretora Joana comenta de um episódio que vivenciou.

*"Sim, comecei a pensar. Quando foi usado este termo. Eu pensei assim gênero de diversidade. Depois alguém deu mais uma esclarecida. Comecei a pensar a respeito disto, esta nomenclatura e me questionei: - O que é isto? Quem estava do meu lado conversamos a respeito que não conhecíamos gênero de diversidade. A diferença é a opção sexual eu sei, mas não nesta nomenclatura de gênero de diversidade. Para mim estas pessoas eram homossexuais, heterossexuais e bissexuais e*

*o que a gente aprendeu. Além do masculino e feminino eu não sabia que existia a diversidade de gênero. Ali fui descobrir". (Joana)*

Podemos perceber que a diretora procura de alguma forma organizar suas ideias e conhecimentos sobre uma temática que até certo momento de sua vivência e experiência como mulher e professora não se constituía como possibilidade de existência. Neste caso, problematizar a fixidez e o determinismo do sexo/gênero/sexualidade, uma expressão naturalizada pelos conhecimentos biológicos. Em que termos podemos dizer que seria “natural” a cisheterormatividade? Como nos aponta Louro (2008, p. 81):

[...] ora, se a identidade heterossexual fosse, efetivamente, natural (e, em contrapartida, a identidade homossexual fosse ilegítima, artificial, não natural), por que haveria a necessidade de tanto empenho para garanti-la? Por que ‘vigiar’ para que os alunos e alunas não ‘resvalém’ para uma identidade ‘desviante’?.

Isto nos possibilita reconhecer o quanto é importante nos cursos de formação de professores/as instituir as temáticas de sexo, gênero e sexualidade. Porque entre naturalizar a orientação sexual e identidade de gênero, a diretora reconhece sua dificuldade em desconstruir uma concepção que constitui também sua identidade de mulher cisgênero. Com relação ao mesmo questionamento sobre o que concebia sobre sexo/gênero, a diretora Marta afirma que se trata de um processo de interrogação, como podemos observar no argumento abaixo.

*“Isto para mim é uma dúvida constante. A questão quando fala gênero, a gente nunca sabe definir qual seria a definição exata”. (Marta)*

Os conhecimentos sobre sexo/gênero tornam-se um elemento perturbador na fala da diretora, pois reconhece que sua definição não dá conta de ampliar para além das noções deterministas (masculino e feminino), e de como os sujeitos são formados por verdade biológica. Em contrapartida, ao ser questionada sobre os trabalhos desenvolvidos na escola a respeito das temáticas de sexualidade pelos/as professores/as a diretora afirma:

*“Tem um pouco resistência por parte dos professores. Porque ao mesmo tempo em que a gente fala em educação sexual, ou alguma coisa deste tipo, sempre se pensa em questão de relação. Os professores acham que a gente vai incentivar o aluno a fazer determinadas coisas, ou até determinada opção sexual, a gente vai incentivar. Eu ouvi isto”. (Marta)*

Ao dizer “a gente” de alguma forma a diretora não se isenta desta prática pedagógica, na qual, em seu discurso, produz e conforma um sujeito de um determinado sexo/gênero inteligível, impossibilitando com isto tornar-se um conhecimento mais plural. Por isto, nas falas das diretoras acima, no entanto, não há esta separação entre convicções pessoais e a manutenção de uma postura de imparcialidade durante a atuação profissional. Contudo a diretora Marta enfatiza que:

*“Em conselho de classe eles comentam. A aluna x e aluna y estão muito juntas muito ligadas. Há uma preocupação, porque esta aluna já tem estas características mais masculinas. Então a gente começou a perceber e com isto dar um pouco mais de atenção nisto. Ai os pais da menina nos procurou porque souberam que esta amizade estava muito intensa. Os pais da aluna mais feminina. E ficamos assim [conversado] se soubermos de alguma coisa aqui na escola a gente observa e tudo mais. Ai conversando com a Vera [secretária escolar], [falou a diretora] isto é muito delicado e como vamos abordar isto. Como vamos conversar isto é muito íntimo. Os pais não gostaram desta amizade entre elas [...]” (Marta)*

Esta perspectiva racionalista de dividir os corpos em masculino e feminino, de que a aparência reflete uma divergência de sexo/gênero a partir de estereótipos e rótulos segrega alguns sujeitos, no caso de meninas masculinizadas, considerando a homossexualidade feminina como uma ameaça. A institucionalização dos sujeitos constitui no ambiente escolar atuar pelo controle, muito presente nas atitudes recomendadas pela diretora. Observar e controlar, dois mecanismos que impossibilitam os sujeitos homossexuais a expressarem sua homoafetividade, vista como desviantes das normas.

## MEDIAÇÃO DIRETORA/ESTUDANTES NA CONSTITUIÇÃO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Nesta seção procuraremos analisar e interpretar os posicionamentos das diretoras frente ao reconhecimento por parte dos/as estudantes de declarações negativas sobre outras identidades de gênero e sexual, pois compreendemos que a identidade e diferença são constituições de um mesmo discurso e assim inseparáveis.

Desta forma, quando questionadas se algum/a aluno/a sofria preconceito e discriminação por orientação sexual ou identidade de gênero, a diretora Estela aciona práticas pedagógicas deste lugar de poder que ocupa, e da forma como ela constrói a sua percepção a partir de uma instituição escolar afirmando.

*“Eu penso que de início a gente não tem que esta buscando se é ou se não é. O aluno é e deu. Independente do que ele seja, **é aluno; é aluno.** Agora se aparecer uma situação que envolva isto, por exemplo, numa situação da rotina da escola. E se alguns outros alunos disserem:- Ah! Porque fulano é gay, é viado, porque é bicha! Ai eu acho que a gente tem que interferir. Eu, enquanto gestora tenho que interferir assim: **no fato de que assim se é é.** O problema é dele, a opção é dele, ninguém tem que estar xingando ou criticando, avacalhando com este aluno porque ele é o que ele é, do jeito que ele é” (Estela, grifos nossos).*

Percebe-se nos discursos das diretoras, o quanto de perturbador é a orientação sexual que subverte as concepções de sexo/gênero inteligível, ou da heteronormatividades reconhecidas como verdadeiras. Porque de alguma forma, ao argumentar que **“é aluno, é aluno”**, procura encerrar neste discurso outras

formas de constituição dos sujeitos expressadas pelo corpo. Como afirmam autoras: LOURO, Guacira Lopes; NECKEL, Jane Felipe; GOELLNER, Silvana Vilodre (orgs.). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação* (2012, p. 07): “o corpo nunca foi uma preocupação da escola, por isto não pode ser pensando como instância da cultura ou como esfera da política”.

Ao desconsiderar o corpo como realidade constituidora das identidades e diferenças dos sujeitos, a diretora em sua prática escolar atua no sentido de silenciar e negar os corpos dos estudantes como linguagem e performatividade e não meros organismos biológico e fisiológicos, uma visão racionalizada e positivista do corpo. Percebe-se, neste argumento, que as experiências e vivências que os/a estudantes gays, lésbicas ou transgêneros trazem para dentro da escola não são positivadas e reconhecidas como perspectiva de reflexão e análise. Como afirma a própria diretora: **“se é, é, o problema é dele”**.

Neste outro caso a diretora narra as piadas e *bullying* sofridos por um aluno que supostamente era reconhecido pelos/as colegas como diferente e de que era percebida esta diferença talvez nos gestos e comportamentos. As palavras da diretora Joana confirmam o quanto é importante à discussão de gênero e sexualidade no ambiente escolar, porque os/as estudantes trazem junto de seus corpos a materialidade das expressões da identidade de gênero não binárias.

*“Sim, eles percebem e já acostumaram na convivência com ele, porque ele está aqui desde cedo, isto é tranquilo para ele. Ele tem mais amizades com as meninas. Houve um período de bullying, digamos assim, com piadas, uma coisa e outra. Mas ele foi maduro, superou muito bem isto. Talvez pelo fato que é muito [decidido], que quero isto para minha vida. Ele conseguiu passar. E como eles estão convivendo desde o pré-escolar, então ficou normal”. (Joana)*

Nestes aspectos citados acima, a escola tem um papel fundamental em discutir os estereótipos, estigmas, preconceitos e discriminações que estudantes gays, lésbicas e transgêneros sofrem cotidianamente. Como observa Miskolci (2013, p. 41): “o assédio moral sempre foi parte do processo educacional [...] A escola era partícipe do assédio moral de tal forma que, normalmente, a educação era *bullying*: você entrava e se enquadrava”.

Um ponto a considerarmos no argumento da diretora Joana, trata-se do fato de que, na percepção dela, assumir a homossexualidade em nossa sociedade fosse algo muito fácil de ser enfrentado. O preconceito e a discriminação sofridos por sujeitos homossexuais faz com que muitos/as não consigam se reconhecer nesta identidade. Não é simples se reconhecer e superar. Como a heterossexualidade em nossa sociedade é a norma, a regra, a homossexualidade tornar-se a diferença, não recebendo o mesmo reconhecimento e prestígio social, cultural e político. O *bullying* e as piadas são uma das formas de abjeção por isto acaba sendo mais complexo para ser enfrentada pelos sujeitos homossexuais. Segundo Miskolci (2013, p. 42): “a abjeção acaba sendo maior via sexualidade porque ali se unem esses sentimentos mais profundos, em que a pessoa mais se sente em confronto com a ordem social”.

Questionada sobre quais características, comportamentos e gestos podem ser atribuídos para os sujeitos que subvertem as normas de sexo/gênero inteligíveis na escola, e que podem reivindicar outras identidades de meninos afeminados e

meninas masculinizadas, a diretora Pedra narra um caso em particular de um aluno, para compor sua afirmação.

*“É o caso de um menino que todos falam. Que leva jeito assim, que leva jeito. Os alunos que falam. Ele já chegou a reclamar que os colegas atribuem apelidos para ele”. (Pedra)*

Novamente o vocábulo “jeito” reapareceu na fala de outra diretora para definir ou classificar os sujeitos que não obedecem às normas inteligíveis de sexo/gênero. Por este fator os apelidos pejorativos são dispositivos para discriminar e inferiorizar. Um instrumento de poder muito presente no cotidiano escolar e nas práticas tanto dos/as estudantes como de professores/as. Como considerado por Junqueira (2009c, p. 17):

[...] um garoto pode ser objeto de escárnio por parte de colegas e professores (o veadinho da escola) antes mesmo de identificar-se como gay. Em tal caso, tenderá a ter seu nome escrito em banheiros, carteiras e paredes da escola [...], permanecendo alvo de zombaria ao longo de sua vida escolar.

Questionada se a mesma procurou intervir de alguma forma nesta situação, a diretora Pedra relatou.

*“Que os colegas estavam o chamando de bicha. De bicha professora! E ele não queria que chamassem. Aluno do sétimo ano. Ele se incomodava com isto. Ele queria que os colegas parassem de chamar de bicha. Sim tomei atitude, no sentido de explicar para os alunos que nós todos temos nomes e que não teria necessidade de chamar de apelidos. A questão é de trabalhar o apelido em sala de aula, a questão do respeito. Fui na sala e falei sobre isto. Da questão do respeito, porque o que a gente não quer para os outros a gente não quer para si. E todas estas coisas que o menino estava chateado”. (Pedra)*

Referente aos exemplos narrados pela diretora situando tanto os casos de apelidos pejorativos e a forma pedagógica de mediação que sempre visa o discurso fraternal e solidário do respeito às diferenças ou mesmo a marginalização sofrida por estudantes homossexuais, Louro (1999, p. 31) considera que: “na escola, pela afirmação ou pelo silenciamento, nos espaços reconhecidos e públicos ou os cantos escondidos e privados, é exercida a pedagogia da sexualidade, legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras”.

Como as diretoras entrevistadas são mulher/professora, sua formação na docência institui compreender pensar um corpo sobre a identidade de aluno/a sem o reconhecimento de outras identidades e diferenças. Pressupõe com esta ideia, romper com toda potencialidade de refletir e “falar” sobre sexo e gênero, com isto, invisibilizando e impossibilitando que outras identidades sexuais e de gênero sejam contextualizadas na escola. O corpo homossexual, de alguma forma, também questiona os padrões normativos binários sexo/gênero, ou os padrões heteronormativos. Neste sentido, afirma Louro (2015, p. 15): “ao classificar os

sujeitos, toda sociedade estabelece divisões e atribuem rótulos que pretendem fixar as identidades. Ela define, separa e, de formas sutis ou violentas, também distingue e discrimina”.

A sexualidade na escola constitui um campo da moralidade social e humana e se estrutura num campo de controle das normas e padrões de identidades inteligíveis de sujeitos de sexo/gênero, assim, gays e lésbicas são descritos como desviantes da norma heterossexual. Primeiro ponto a considerar é de que a dimensão da sexualidade ou de gênero somente se torna um problema quando não falamos.

## TECENDO AS CONSIDERAÇÕES

O trabalho com entrevista nos possibilitou reconhecer o lugar ocupado pelas mulheres/professoras/diretoras no ambiente escolar e das relações que elas estabelecem com as famílias, os/as professores/as e estudantes. As diretoras ao narrar suas experiências e vivências do cotidiano escolar, as quais tiveram que enfrentar com as questões de gênero e sexualidade, bem como suas práticas pedagógicas articuladas nos cursos de formação inicial e continuadas que foi ministrado no ano de 2013. No qual envolviam relações conflituosas desviantes das normas de sexo/gênero, buscando com isto, estratégias coerentes para lidar com suas contradições pessoais e subjetivas. De certa forma acreditam ser a maneira mais coerente e estável para mediar suas relações entre famílias, professores/as e estudantes.

Contudo, podemos destacar alguns pontos importantes que compõem a mediação da prática pedagógica entre direção escolar, famílias, professores/as e estudantes, no que se referem as suas concepções de gênero e sexualidade. As diretoras utilizam-se de práticas pedagógicas heteronormativas a fim de produzir meninos e meninas de verdade, para que os mesmos possam viver em coerência e adequação com as normas de sexo/gênero inteligíveis.

No caso da política de identidade escolar do pressuposto pautado na ideia de aluno/a, o investimento volta-se para os atributos lógicos e intelectuais, no qual pressupõe a diretora ser a função social da escola, em detrimento da produção pedagógica de outras identidades sexuais e de gênero.

As diretoras selecionam em suas concepções, alguns critérios e normas para classificar e definir o quanto cada menino ou menina, cada adolescente ou jovem está se aproximando ou se afastando da “norma desejada” pela prática institucionalizada pela escola. Verificamos esta afirmação nos exemplos narrados, como, andar mais com as meninas, por gostar de brinquedos de meninas, pelos gestos, comportamentos, jogar os cabelos, o andar rebolado, enfim vários atributos que selecionam e classificam o que é masculino ou feminino

Nas situações narradas pelas diretoras a partir de suas experiências e vivências com o diferente, o estranho, o subversivo e o transgressor das normas de sexo/gênero inteligíveis que convivem no ambiente escolar, com os colegas, professores, famílias, estudantes; com seus limites e possibilidades mediar suas práticas pedagógicas de controle e disciplinamento dos corpos de meninos e meninas.

Estas situações narradas, ou as marcas que elas descrevem fazem-nos lembrar das experiências e vivências de outras identidades sexuais e de gênero no

ambiente escolar que passam por discriminações e preconceitos. Estas experiências e vivências que marcam suas histórias de vida têm muito a ver como elas constituem suas identidades sociais. Especialmente neste contexto escolar de mulher/professora/diretora, nos quais também são atravessadas por suas identidades sexuais e de gênero.

Por fim, compartilhamos do mesmo pensamento de Louro (2015, p. 21):

[...] não pretendo atribuir à escola nem o poder nem a responsabilidade de explicar as identidades sociais, muito menos de determiná-las de forma definitiva. É preciso reconhecer, contudo, que suas proposições, suas imposições e proibições fazem sentidos, têm “efeitos de verdade”, constituem parte significativa das histórias pessoais.

Todas estas práticas pedagógicas descritas e narradas nas concepções de diretoras constituem sujeitos de identidades de gênero e sexual e são produtoras de marcas que configuram determinados comportamentos como desviantes ou inteligíveis. Independentes de nossas convicções, crenças, valores morais ou religiosos ou mesmo de nossa ideologia no que acreditamos ou não, está é uma realidade que está presente na escola. Se a escola não reconhecer e discutir o assunto, ela vai continuar invisibilizando uma identidade que existe e que precisa ser compreendida.

Como nossa pesquisa e estudo considera o contexto social e histórico em que as diretoras estão inseridas, as relações de poder, as crenças, os valores e a normas dentre outros fatores que se interseccionam como classe, gênero, raça e sexualidade estes contribuem para a constituição das identidades dos sujeitos e para a concepção de como homens e mulheres fazem suas opções e as comunicam ao mundo. Sendo a instituição escolar uma dentre as muitas formas de nos tornarmos homens e mulheres.

Podemos destacar do que foi analisado e interpretado, que as experiências e vivências das diretoras, seja como mulher ou professora, contribuíram para repensarmos as práticas pedagógicas que tem se desenvolvido nas escolas com a finalidade de reconstrução de suas práticas no trato com os fenômenos das diferenças sexuais e de gênero. E assim promover outra concepção de gênero e sexualidade que não se limite ao respeito e a tolerância, mas a um trabalho de reconhecimento que pelas diferenças nos construímos e nos identificamos como iguais. Contribuindo de forma sistemática com a formação inicial e continuada. Também podemos observar neste movimento a constituição dos sujeitos mulher/professoras/diretoras como sujeitos de suas práticas pedagógicas.

Verificamos que a identidade dos sujeitos mulheres/diretoras é mediada e regulada pelas estruturas em que estão instituídos seu gênero e sua sexualidade. Consideramos ser de extrema importância trabalhar com as falas das mulheres/professoras no contexto escolar. Pois produz visibilidade de um tipo de escrita feminista, não somente por tornar as mulheres como participante da pesquisa, mas por assumir o feminino na sua leitura de mundo. Especialmente no que diz respeito aos entendimentos de mulheres/diretoras na organização do cotidiano escolar. Desta forma, assumimos a perspectiva levantada por Joan Scott (1995) que nos provoca a tomar o gênero como categoria útil de análise.

Assim sendo, a maneira como os identificamos e nos representamos como sujeitos professoras, diretoras e mulheres estão entrelaçadas como a maneira

também que nos reconhecemos como homens e mulheres, no qual estão interseccionados por gênero e sexualidade. Mesmo não percebendo o quanto a identidade de mulher, de professora e diretora não é uma categoria fixa e imutável, os relatos das mesmas nos indicam este sujeito que se constrói cotidianamente nas relações sociais e históricas.

Observa-se nos relatos das diretoras que a identidade profissional de diretora se constitui com uma interação entre a pessoa e suas experiências vividas em gênero e sexualidade são mediadas por dimensões individuais como mulher e profissional como professora, essas estão imbricadas e fazem parte do processo de identificação como sujeito. As situações narradas pelas diretoras, de alguma forma, afetam as suas identidades como profissionais. Neste aspecto, há de se considerar a importância de instituir no currículo de formação inicial e continuada as reflexões teóricas e práticas a respeito das temáticas de gênero e sexualidade.

Nossa intenção neste artigo não foi o de conceituar o que compreendemos pela categoria mulher, mas sim de apontarmos as interseções que se constituem por diferentes marcadores sociais, culturais e políticos.

## Constitution of the identity of women / teacher / director from the conceptions of gender and sexuality

### ABSTRACT

We present elements of the master's research, (2015) in the PPPGE / Unisul, in the line of research Cultural Relations and History of Education. It is a cut of the research that seeks to understand, from the statements of the directors interviewed: "what is their conception about gender and sexuality". To do so, try to reconstruct their stories of lives, experiences and subjectivities in the constitution of their identities. We use as methodological instrument the oral and transcribed narratives of the directors, based on the theoretical approaches of gender and sexuality. We understand that thinking about the construction of these identities is not just a matter of theoretical conception, but also a political and formative act. For this reason, the themes around gender and sexuality do not only involve thinking about the teaching and learning process, but they also shape values, norms, and positions that are also political in face of the multiplicity of living and being. Listening to female / female teachers in the construction of their life histories in teaching, in the context of everyday school and formal education has brought us elements to reaffirm how their conceptions of gender and sexuality are constituting their identities in teaching, and how they organize their pedagogical practices to respond to a situation considered a problem to be solved.

**KEYWORDS:** Gender. Sexuality. Formal Education.

## Constitución de la identidad de mujer/ profesora / director a partir de las concepciones de género y sexualidad

### RESUMEN

En el PPPGE / Unisul, en la línea de investigación Relaciones Culturales e Historia de la Educación, presentamos elementos de la investigación de maestría, (2015) en el PPPGE / Unisul. Se trata de un recorte de la investigación en que se busca comprender, a partir de las palabras de las directivas entrevistadas: "cuál es la concepción de ellas sobre género y sexualidad". Para así, buscar reconstruir sus historias de vidas, experiencias y subjetividades en la constitución de sus identidades. Utilizamos como instrumento metodológico, las narrativas orales y transcritas de las directoras, a partir de los enfoques teóricos de género y sexualidad. Comprendemos que pensar la construcción de esas identidades no se trata sólo de pensar una cuestión de concepción teórica, sino también como acto político y formativo. Por eso, las temáticas en torno de género y de la sexualidad no sólo implican pensar el proceso de enseñanza y aprendizaje, sino que conforman

valores, normas, y posicionamientos que también son políticos ante la multiplicidad de vivir y de ser. En el contexto del cotidiano de la escuela y de la educación formal, nos ha traído elementos para reafirmar cuánto sus concepciones de género y sexualidad es constituyente de sus identidades en la docencia, y en el contexto de lo cotidiano de la escuela y de la educación formal, de cómo ellas organizan sus prácticas pedagógicas para dar respuesta a una situación considerada un problema a ser resuelto.

**PALABRAS CLAVE:** Género. Sexualidad. Educación formal.

## **NOTAS**

<sup>1</sup>O Ensino Fundamental consiste em um dos níveis da educação básica, obrigatória no Brasil. Tem duração de nove anos e é direcionado na maioria das vezes às pessoas com idade entre 6 e 14 anos. Os anos finais compreendem as séries do 6º ao 9º ano.

<sup>2</sup>Enquanto questão de ética, os nomes são produções fictícias para não comprometimento das sujeitas pesquisadas, com a finalidade de resguardar sigilo. O critério de escolha se deu aleatoriamente, não obedecendo a um padrão normativo que pudesse influenciar na metodologia.

**REFERÊNCIAS**

ARROYO, Miguel G. **Ofício de Mestre**: imagens e autoimagens. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BUTLER, Judith P. **Problema de gênero**: feminismos e subversão da identidade. 11ª Ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, tradução: Renato Aguiar, 2016. (Sujeito e História)

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (Org.). **Diversidade Sexual na Educação**: problematizando sobre a homofobia nas escolas. Brasília. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. UNESCO, 2009c.

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Orgs). **Homofobia e educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 8. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva – 3. ed.; . reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MEYER, Dagmar Estermann. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 8. ed. –Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. p. 9-27.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2. ed. rev. E ampl., 1. reimp.- Belo Horizonte: Autêntica Editora: UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto, 2013 – (Série Cadernos da Diversidade;6).

SILVA, Gabriela. **Gênero e Sexualidade no ambiente escolar**: Concepções das Diretoras frente a Preconceitos e Discriminações com Estudantes LGBTQ. Dissertação de Mestrado – Universidade do Sul de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Educação, Tubarão, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 15. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

**Recebido**: 24 out. 2018.

**Aprovado**: 24 jan. 2019.

**DOI**: 10.3895/cgt.v12n39.8985

**Como citar**:

SILVA, Gabriela da; BOBEK, João Vinicius. Constituição da identidade de mulher/professora/diretora: a partir das concepções de gênero e sexualidade. *Cad. Gên. Tecnol.*, Curitiba, v.12, n. 39, p. 88-105, jan./jun. 2019.

**Correspondência**:

Gabriela da Silva. Avenida Marcolino Martins Cabral, Edifício Alessandra, Vila Moema, Tubarão, Santa Catarina, Brasil.

**Direito autoral**:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

